

PRÁTICAS DE JORNALISMO E ATIVISMO FEMINISTA:¹ Contribuições da folkcomunicação para a comunicação de grupos marginalizados

Karina Janz Woitowicz²

RESUMO

A noção de grupos marginalizados, que constitui um dos fundamentos da teoria da folkcomunicação (Beltrão, 1980), tem sido referenciada como uma importante contribuição para o estudo das práticas de comunicação de setores da sociedade situados à margem de sistemas hegemônicos, seja em termos políticos, sociais ou culturais. O presente texto, ao propor um diálogo com a perspectiva beltraniana, busca apresentar as possibilidades de apropriação da teoria para pensar sobre o ativismo feminista no ambiente digital. Para tanto, são sistematizados alguns princípios do jornalismo feminista baseados em experiências de organizações na América Latina, com o objetivo de promover aproximações entre a teoria da folkcomunicação e a prática comunicacional de movimentos de contestação que lutam pela igualdade de gênero.

PALAVRAS-CHAVE

Folkcomunicação; grupos marginalizados; ativismo feminista; movimentos sociais.

INTRODUÇÃO

Em sua formulação inicial, a teoria da folkcomunicação desenvolvida por Luiz Beltrão compreende os processos informais e artesanais de transmissão de mensagens pelos agentes populares. O ponto de partida para a elaboração da teoria situa-se no reconhecimento da condição de exclusão midiática de determinados grupos, que não eram alcançados pelos chamados meios oficiais ou ortodoxos (Beltrão, 2004). Entre as reflexões do pesquisador pernambucano sobre a realidade comunicacional do país, surgem algumas indagações: “Por que meios, por quais veículos [as pessoas] manifestavam o seu pensamento, a sua opinião? Que espécie de jornalismo, que forma - ou formas – atenderia à sua necessidade vital de comunicação? Teria essa espécie de

¹ Trabalho apresentado para o GT 1: Diálogos e Fundamentos Teóricos da Folkcomunicação, integrante da programação da 22ª Conferência Brasileira de Folkcomunicação – Folkcom 2025, realizado de 29 a 31 de outubro de 2025.

² Professora do Curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Doutora em Ciências Humanas. Bolsista de Produtividade em Pesquisa CNPq. Contato: karinajw@uepg.br.

intercâmbio de informações e ideias algo em comum com o jornalismo, que passei a classificar de “ortodoxo”? (Beltrão, 2004, p. 49-50).

Dos questionamentos sobre os processos de intercâmbio de informações por meio do folclore (Beltrão, 1980) emergem formulações que constituem as bases da teoria brasileira e compreendem os agentes, as formas de comunicação e as características da audiência. O conceito de marginalidade figura como central na abordagem de Beltrão: tratam-se de grupos excluídos e marginalizados “não só do sistema político como do de comunicação social” (1980, p. 39), divididos pelo autor em três categorias: grupos rurais marginalizados, urbanos marginalizados e culturalmente marginalizados. Tais grupos se contrapõem ao poder estabelecido e revelam modos próprios de manifestar suas ideias e opiniões, conforme identificam Fernandes e Woitowicz (2017) ao relacionarem as práticas comunicacionais de grupos homossexuais com a definição de grupo erótico-pornográfico utilizada por Beltrão nos anos 1970.

A abordagem da folkcomunicação como resistência está presente na origem da teoria e tem ocupado lugar de destaque nos estudos da área, a exemplo da contribuição de Osvaldo Trigueiro (2006) sobre o conceito de ativista folkmediático. Ao atualizar a noção de líder de opinião, o autor reconhece os comunicadores folk como “mediadores ativistas nas negociações da audiência das mensagens midiáticas que circulam nos vários estágios de difusão nos grupos sociais de referência do local interligados pelos sistemas interpessoais de comunicação” (2006, p. 03).

A articulação entre os pressupostos da folkcomunicação e o ideal da resistência, desenvolvido principalmente no âmbito latino-americano, também é tema da reflexão de Fernandes, Santana e Woitowicz (2022), que compreendem a função da práxis informacional a partir de bases teóricas e empíricas ancoradas nas experiências de movimentos sociais.

No presente trabalho, voltado à compreensão do ativismo feminista, interessa direcionar o olhar para as protagonistas dos processos comunicacionais – reconhecidas como um tipo de grupo marginalizado – e para as formas utilizadas na elaboração de mensagens voltadas à coletividade. Desse modo, considerando as formas de resistência promovidas pelos feminismos sobretudo a partir do século XXI, em um contexto de expansão das mídias digitais, busca-se oferecer elementos para relacionar o jornalismo

feminista com as práticas de contestação dos grupos marginalizados, evidenciando as contribuições da folkcomunicação para a comunicação contra-hegemônica na atualidade.

COMUNICAÇÃO E GÊNERO PELAS MARGENS

A criação de espaços de comunicação com orientação feminista está associada a uma trajetória de lutas e conquistas das mulheres por direitos. O desafio de inclusão das demandas do movimento na agenda pública e midiática tem como marco a Conferência da Mulher realizada em Beijing em 1995, que indica o uso estratégico dos meios como forma de reduzir as desigualdades. O percurso desde os meios impressos até os digitais revela, portanto, seu caráter de resistência; segundo Natansohn (2013), o ciberfeminismo se apresenta como aliado do ativismo feminista desde os anos 1990.

A apropriação das tecnologias pelos movimentos sociais – sobretudo o feminismo – possibilitou ampliar as práticas de mobilização social. As características de horizontalidade e participação, consideradas potencialidades do ativismo no ambiente das redes, revelam proximidade com princípios basilares da folkcomunicação relacionados à forma de intercâmbio de mensagens e ao papel ativo dos agentes-comunicadores.

Ao partir desses pressupostos, para fundamentar a relação entre a folkcomunicação e as práticas de jornalismo e ativismo feminista foram selecionadas algumas publicações (artigos, guias e manuais) de países latino-americanos (Brasil, Chile, Argentina, Equador e México) que indicam características e orientações acerca do uso da mídia pelos movimentos sociais.³ Os parâmetros considerados dizem respeito ao conteúdo das mensagens, ao tratamento das informações e à relação com a audiência, independentemente do tipo de veículo.

O Quadro 1 apresenta uma sistematização dos principais aspectos identificados sobre a prática comunicacional feminista a partir de elementos determinados.

Quadro 1 – Elementos e características da comunicação com perspectiva feminista

Elementos de comunicação	Características
--------------------------	-----------------

³ A escolha dos textos e documentos foi aleatória, entre o universo de referências encontrado, e considerou a localização em diferentes cenários latino-americanos e a pertinência das reflexões e orientações propostas para a delimitação de uma prática comunicacional com viés ativista.

Temas	Perspectiva transversal (temas gerais angulados a partir do viés de gênero), protagonismo de mulheres e pessoas LGBTQIAPN+, ruptura com preconceitos
Vozes presentes	Perspectiva interseccional; visibilidade para fontes/sujeitos marginalizados
Linguagem	Uso de linguagem neutra e inclusiva; relação de identidade a partir de termos, cenários e formas de abordagem
Tônica do discurso	Mensagem posicionada em defesa dos ideais feministas; crítica, denúncia, olhar para a realidade de grupos específicos a partir da alteridade
Audiência	Atuação em rede; papel ativo dos indivíduos e grupos; potencial de identificação com o coletivo
Finalidade	Mobilização, formação política, estabelecimento de vínculos

Elaboração própria (2025)

Para compreender os fundamentos da comunicação em perspectiva feminista, é preciso considerar rupturas com práticas hegemônicas da mídia, que tendem a legitimar relações de poder e invisibilizar grupos marginalizados. Por isso, quanto aos temas, destaca-se a noção de que o olhar com as lentes de gênero é transversal (Cimac, 2009) e permite tratar diferentes assuntos com enfoque capaz de se aproximar da realidade tematizada. Ao mesmo tempo, o protagonismo de lideranças e de movimentos ocupa espaço destacado nos meios feministas, assim como o desafio de romper com estereótipos de gênero, raça, classe, sexualidade, padrão estético, etc (Think Olga, 2019).

A abordagem interseccional (Akotirene, 2019) também se apresenta como uma referência nos processos de comunicação com orientação feminista. Interessa garantir pluralidade de vozes e, principalmente, a presença de sujeitos ativos e ativistas em suas áreas de atuação. “Se trata de una perspectiva que dimensiona y atraviesa por los cuerpos las opresiones del sistema – capitalista, patriarcal, fascista y del racismo/ colonialismo cultural – para poder denunciarlo” (Fink et. al. 2020, p. 09).

A importância do uso de uma linguagem inclusiva para reduzir desigualdades perpassa as diretrizes para uma comunicação não sexista (Cimac, 2009; Think Olga, 2019). Devido ao seu caráter simbólico, “el lenguaje nombra la diferencia, no la crea pero sí muchas veces ayuda a reproducirla. Por lo tanto, un uso consciente del mismo nos permite utilizarlo de manera inclusiva y no sexista” (Garfias et. al., 2010, p. 13). A prática

de uma comunicação voltada à resistência feminista considera, portanto, a necessária ruptura com o padrão masculino universalizante na linguagem e na estrutura social.

Por definição, o jornalismo associado ao ativismo feminista busca se posicionar frente à realidade (Garfias et. al., 2010), servindo como ferramenta não somente de informação, mas também de mobilização (Burch, 2013), difundindo as pautas do movimento. A tônica do discurso, portanto, volta-se à defesa das ideias feministas e ao exercício de alteridade, que consiste em reconhecer e acolher as diferenças. Para Hasan e Gil (2016), a comunicação com enfoque de gênero pode ser entendida como uma forma de ação política, com potencial de transformar a realidade, o que significa que a finalidade das práticas comunicacionais está voltada ao fortalecimento das lutas coletivas e do sentido de identidade.

Os aspectos apresentados envolvem principalmente a formulação de mensagens e o tipo de relação com a audiência, aqui entendida como participante ativa do processo comunicacional, como estabelece Beltrão ao descrever o sistema de folkcomunicação. A potencialidade das mídias digitais, no contexto do movimento feminista, amplifica as formas de participação e interação no ambiente comunicacional, criando redes de movimentos em perspectiva interseccional que convergem para a resistência feminista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho, em forma de ensaio, coloca em diálogo os fundamentos da comunicação dos marginalizados e as práticas de ativismo feminista. Ao identificar nos textos selecionados alguns eixos comuns que orientam a ação política pela mídia por movimentos ligados à pauta da igualdade de gênero na América Latina, certos aspectos se destacaram: a abordagem sintonizada com as demandas dos movimentos, o espaço para vozes ligadas a grupos marginalizados, o discurso militante, o uso da linguagem inclusiva, entre outras características que figuram como propostas de resistência.

A transmissão de ideais e valores feministas no ambiente das redes, orientada pelos pressupostos de uma comunicação não sexista, guarda proximidade com os processos informais e artesanais da folkcomunicação e com a defesa dos interesses da coletividade. O direcionamento das mensagens a grupos que conjugam interesses comuns (em que pesem as diferenças que perpassam as diferentes formas de opressão), a

identificação com a audiência (coparticipante do intercâmbio de informações e ideias) e o caráter de contestação das mensagens foram associados aqui a um sistema comunicacional marcado pela reciprocidade e pela coletividade. Tratam-se de espaços e meios que desafiam as estruturas sociais sustentadas pelas hierarquias de gênero e que ousam lançar vozes que repercutem nas redes midiáticas e nas redes cotidianas.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- BELTRÃO, L. **Folkcomunicação**: a comunicação dos marginalizados. São Paulo: Cortez, 1980.
- BELTRÃO, L. Mediações comunicacionais: relações entre mídia e folclore. In: **Folkcomunicação**: teoria e metodologia. São Bernardo do Campo: UMESP, 2004. p.49-56.
- BURCH, Sally. Movimiento de mujeres: La comunicación con enfoque de género. In: LEÓN, Osvaldo (coord.). **Democratizar la palabra**: Movimientos convergentes en comunicación. Quito: Agencia Latinoamericana de Información, 2013. P. 117-120.
- CIMAC. **Hacia la construcción de un periodismo no sexista**. Edición Comunicación e Información de la Mujer. Ciudad de México: CIMAC, 2009.
- FERNANDES, G. M.; SANTANA, F. M.; WOITOWICZ, K. J. Folkcomunicação e resistência: elementos de uma práxis informacional. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, v. 20, n. 38, 2022. Disponível em: <https://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/753>. Acesso em: 20 jul. 2025.
- FINK, N. et. al. **Manual de periodismo popular y feminista**. Buenos Aires: Editorial Chirimbote, 2020.
- GARFIAS, Gloria Alberti; LIRA, Claudia Lagos; MERINO, María Teresa Maluenda; HARBOE, Victoria Uranga. **Por un periodismo no sexista**: Pautas para comunicar desde una perspectiva de género en Chile. Santiago: OREALC/UNESCO Santiago; Cátedra UNESCO-UDP “Medios de comunicación y participación ciudadana”; Programa de Libertad de Expresión de la Universidad de Chile; Colegio de Periodistas de Chile, 2010.
- HASAN, V. F., GIL, A. S. La comunicación con enfoque de género, herramienta teórica y acción política. Medios, agenda feminista y prácticas comunicacionales. El caso de Argentina. **La ventana**, Guadalajara, v. 5, n. 43, jun. 2016. p. 246-280. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-94362016000100246&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 20 jul. 2025.
- NATANSOHN, Graciela. **Internet em código feminino**: teorias e práticas. Buenos Aires: La Crujia, 2013. p. 37-73.

THINK OLGA. **Minimanual do jornalismo humanizado**. São Paulo: Think Olga, 2019. Disponível em: <https://thinkolga.com/wp-content/uploads/2020/04/ThinKOlga-Projeto-Minimanual-de-Jornalismo-Humanizado.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2025.

TRIGUEIRO, O. M. O ativista midiático da rede folkcomunicacional. **Revista Internacional de Folkcomunicação**, Ponta Grossa, v. 4, n. 7, p. 1-13, jan./jun. 2006. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/folkcom/article/view/18667>. Acesso em: 20 jul. 2025.

WOITOWICZ, K. J; FERNANDES, G. M. Folkcomunicação e Estudos de Gênero: práticas de comunicação nos grupos homossexuais. **Chasqui: Revista latinoamericana de comunicación**, Quito, Ciespal, n. 135, p. 233-252, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/160/16057381016/html/>. Acesso em: 10 jul. 2025.